



**RELATÓRIO ANUAL
DA ADMINISTRAÇÃO
PRÉ-SAL PETRÓLEO**

2021



Pré-sal
Petróleo

Sumário

Mensagem do Presidente 3

Visão Geral da Companhia 5

O impacto da pandemia..... 5

Papel da empresa..... 7

Direcionamento estratégico 8

Estrutura organizacional 9

Transformação Digital 11

Governança Corporativa 13

Estrutura de governança..... 13

Programa de Integridade 16

Planejamento Estratégico 18

Gestão de riscos 21

Resultados da Gestão 23

Contratos de partilha de produção 23

Acordos de individualização da produção 31

Comercialização de petróleo e gás natural 33

Informações econômico-financeiras..... 38

Custeio 38

Investimento 38

Operações da companhia 38

Realização orçamentária 39

Receitas para a União..... 40

Mensagem do Presidente

Ao refletir sobre o ano de 2021, marcado, mais uma vez, pela pandemia e pela necessidade de adaptação a um novo modelo de trabalho, tenho enorme satisfação de anunciar que aprimoramos ainda mais a gestão da nossa empresa e alcançamos um resultado recorde de arrecadação para a União, transferindo R\$ 1,22 bilhão para os cofres públicos.

Em um ano pontuado por muitas realizações, gerimos 17 contratos de partilha de produção, celebramos dois novos acordos de individualização da produção e realizamos, com enorme êxito, um novo leilão para comercializar mais de 55 milhões de barris de petróleo da União - o que deverá gerar uma arrecadação de cerca de R\$ 25 bilhões em um horizonte de cinco anos.

Como gestores, celebramos cada marco obtido nos contratos de partilha de produção, das novas descobertas à implantação de tecnologias disruptivas. E acompanhamos o crescimento da produção de petróleo em regime de partilha, cujo resultado superou, em quase quatro vezes, o resultado do exercício anterior. Os feitos de 2021 sugerem que nos próximos anos continuaremos trilhando um caminho de sucesso: foram realizadas três novas descobertas, aprovados planos para início da perfuração de áreas e confirmados vultosos investimentos, a exemplo do campo de Bacalhau, para o qual foram anunciados mais de US\$ 8,5 bilhões para seu desenvolvimento.

Nossos estudos corroboram nosso entusiasmo. A expectativa é de que a produção total dos contratos de partilha rompa a casa dos dois milhões de barris diários em cinco anos e

alcance o pico, em 2029, com 3,67 milhões de barris diários. A produção diária em 2029 será equivalente a dois terços da produção nacional, o que significa dizer que estamos trabalhando agora com os ativos que serão os principais responsáveis pela produção de petróleo do país em dez anos.

Para ajudar a concretizar essa projeção, trabalhamos tecnicamente em muitas frentes. Destaco, como exemplo, a exitosa tarefa de abrir caminho para a exploração dos volumes excedentes da cessão onerosa em regime de partilha de produção em quatro campos. Para Búzios e Itapu, celebramos os Acordos de Coparticipação, novo instrumento jurídico no pré-sal que permite a produção coparticipada entre os contratos de cessão onerosa e partilha de produção. Com esses Acordos, a União passou a contar, desde setembro, com uma parcela de produção do campo de Búzios, o gigante do pré-sal, e em 2022 contará também com a produção de Itapu.

Para Sépia e Atapu, licitados em dezembro de 2021, na Segunda Rodada dos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa, contribuímos, de forma relevante, para a realização do leilão. Calculamos a participação de cada contrato na jazida coparticipada e a compensação a ser paga à Petrobras pelos futuros contratados. Tais definições reduziram incertezas dos investidores e levaram a competição ao certame. Os blocos de Sépia e Atapu foram arrematados com percentuais de excedente em óleo para a União de 37,43% e 31,68%, respectivamente, correspondendo a ágios de 149,20% e 437,86%.

Internamente, seguimos com nossos esforços para aprimorar a governança corporativa, aumentar a transparência e disseminar a cultura da ética e da integridade. Incluímos iniciativas de Gestão de Conhecimento em nosso Planejamento Estratégico, com foco em preservar e compartilhar a excelente capacitação técnica da nossa equipe; criamos uma diretriz para fomentar a aplicação de soluções técnicas e de inovações nos projetos de exploração e produção; e montamos comitês para acompanhamento dos temas que envolvem a abertura do mercado de gás natural e a descarbonização. Com o conhecimento adquirido ao longo dos anos, estamos nos tornando, pouco a pouco, um catalisador de inovação tecnológica nos contratos, compartilhando e agregando as boas soluções entre os consórcios.

Agradeço ao nosso corpo técnico, aos parceiros e aos nossos diretores e conselheiros por serem os protagonistas desta jornada, permitindo o alcance de novos marcos na atuação da PPSA como representante da União no setor de petróleo e gás.

Eduardo Gerck

Diretor-Presidente



[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

Visão Geral da Companhia

O impacto da pandemia

A pandemia da Covid-19 eclodiu em 2020, transformando a vida das pessoas e as relações de trabalho em todo o mundo. O distanciamento social trouxe inúmeros aprendizados, entre eles o do trabalho remoto, adotado pela nossa empresa a partir de março de 2020. Desde então, disponibilizamos ferramentas *on-line* e ampliamos os sistemas de segurança de informação para garantir melhores condições de trabalho a distância e preservar, assim, a saúde e a segurança dos nossos colaboradores e de seus familiares.

Com o distanciamento social, em 2021 realizamos mais de dez mil reuniões remotas e cem mil interações por *chats* entre as equipes e os colegiados por meio da plataforma Microsoft Teams, sem prejudicar a comunicação entre os times e as deliberações necessárias. Pelo segundo ano consecutivo, nosso Fórum Técnico foi realizado de modo virtual, mantendo a habitual qualidade técnica do evento e atraindo mais de dez mil pessoas.

Para acompanhar o andamento da pandemia e auxiliar a Diretoria Executiva nas decisões da empresa sobre essas questões, montamos um Grupo de Trabalho liderado pelo Diretor de Administração, Finanças e Comercialização Samir Awad, e composto por outros cinco profissionais das áreas de Recursos Humanos, Licitações, Comunicação, Gerência Executiva de Contratos e Consultoria Jurídica.



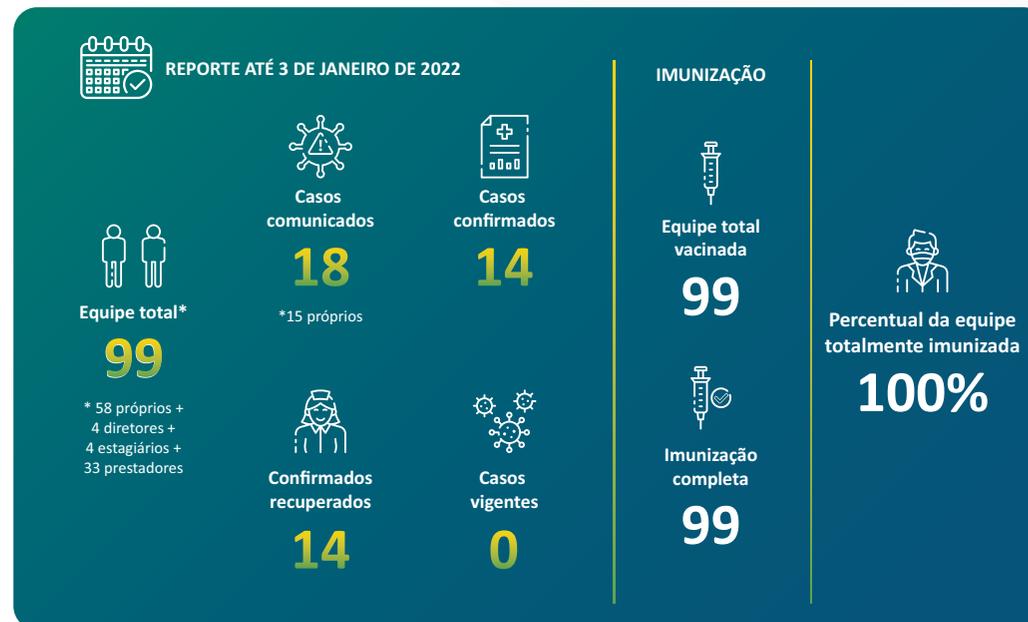
Visão Geral da Companhia

Em paralelo, investimos em campanhas de conscientização e orientação sobre os cuidados para a prevenção da doença. Na nossa empresa, tivemos 14 casos confirmados de Covid-19 em 2021, todos com plena recuperação. Incentivamos a imunização e acompanhamos o calendário vacinal da nossa equipe. Encerramos o ano com 100% da força de trabalho com o esquema vacinal completo.

Com o avanço da vacinação e a queda no número de contágio e de mortalidade, estabelecemos o retorno gradual ao escritório a partir de outubro de 2021. Elaboramos um guia e um vídeo com regras claras sobre o retorno presencial. Os colaboradores foram autorizados a ir ao escritório à medida que completassem o prazo de 15 dias após a segunda dose da vacina.

Nos contratos de partilha de produção dos quais somos gestores, a pandemia impôs alguns atrasos nas operações, assim como em 2020. A doença afetou a força de trabalho das empresas em navios-plataformas e escritórios, causando postergações em decisões e contratações.

Encerramos 2021 com a certeza de que foi mais um ano marcado pelo espírito de resiliência, colaboração, criatividade e esforço.



Visão Geral da Companhia

Papel da empresa

Somos uma empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), fundada em 2013, com o propósito de maximizar os resultados econômicos da União nas atividades realizadas no Polígono do Pré-Sal e em áreas estratégicas.

Localizado em uma área de aproximadamente 149 mil quilômetros quadrados no mar territorial entre os estados de Santa Catarina e Espírito Santo, o Polígono do Pré-sal é uma das mais importantes descobertas de petróleo e gás natural dos últimos anos. Por ser considerada uma área de baixo risco e alta produtividade, toda a exploração a ser realizada nessa região é obrigatoriamente contratada em regime de partilha de produção, pelo qual a União recebe uma parcela da produção do campo durante a sua vida útil. A mesma obrigatoriedade se estende às áreas que forem consideradas estratégicas, em qualquer região brasileira, pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

Para desempenhar nosso papel, contamos com três áreas de atuação:



Fazemos a gestão de 17 contratos de partilha de produção e já estabelecemos nove acordos de individualização da produção. Todas as vezes que esses contratos ou acordos dizem respeito à parcela de óleo ou gás natural da União, somos responsáveis por sua comercialização. O resultado financeiro obtido com esse processo é destinado ao Tesouro Nacional, beneficiando diretamente a sociedade brasileira.

Em decorrência desse trabalho, em 2021 arrecadamos R\$ 1,22 bilhão com a comercialização da parcela de petróleo e gás natural da União nos contratos de partilha de produção, cerca de 74% a mais em comparação a 2020 (R\$ 704 milhões). Desde março de 2018, quando foi realizada a primeira comercialização de petróleo da União, já arrecadamos R\$ 3,9 bilhões para os cofres públicos.

Além dessas atribuições, participamos ativamente das discussões do setor de petróleo e gás, realizando estudos e análises técnicas de alta complexidade, e contribuindo para a formulação de políticas públicas. Em diversas ocasiões, atuamos como o braço técnico do Ministério de Minas e Energia (MME) em assuntos relacionados ao setor de petróleo e gás natural.

Em 2021, exercemos um papel de extrema relevância para o sucesso da Segunda Rodada de Volumes Excedentes da Cessão Onerosa, promovida em dezembro pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP), que resultou na arrecadação de R\$ 11,14 bilhões em bônus para a União pelas áreas de Sépia e Atapu. Nossa equipe técnica trabalhou para a eliminação de incertezas e definição do percentual de participação da União nos contratos, além do valor da compensação a ser paga pelos contratados em regime de partilha de produção à cessionária, o que foi determinante para o incremento da competição no certame, elevando, assim, os ganhos da União. Os percentuais ofertados de excedente em óleo para a União foram de 37,43% para Sépia e 31,68% para Atapu, correspondendo a ágios de 149,20% e 437,86%, respectivamente.

Visão Geral da Companhia

Direcionamento estratégico



Visão Geral da Companhia

Estrutura organizacional

O capital humano é o nosso principal ativo. Nossa equipe é altamente qualificada, formada por profissionais com grande experiência na indústria de óleo e gás, com reconhecida capacitação técnica.

Contamos com 58 empregados em cargos comissionados de livre provimento. Mais de 80% da equipe possui pós-graduação, mestrado ou doutorado. Os membros da Diretoria Executiva atuam há mais de 30 anos no setor de petróleo.

Nosso Planejamento Estratégico prevê a realização de processo seletivo público para contratação de quadro permanente até 2023. Para tal, em 2021 revisamos o Plano de Cargos e Salários, o Plano de Funções e o Quadro de Pessoal, a serem submetidos, no primeiro trimestre de 2022, à análise e à aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

Trabalhamos também em um Plano de Transição que estabelece regras de cooperação entre a equipe atual de cargos em comissão e a concursada, futuramente admitida. Para facilitar a transição, aprovamos uma iniciativa estratégica de Gestão do Conhecimento, que definirá diretrizes para que o conhecimento e a qualificação técnica atual da empresa se perpetuem. Iniciamos em 2021 o programa Segundas Técnicas, evento interno para troca de informação e de conhecimento. Outras iniciativas de maior porte serão realizadas no próximo ciclo do Planejamento Estratégico.



Foto: Alaar Filho.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

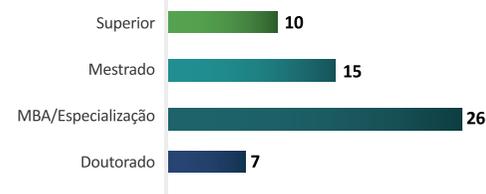
Visão Geral da Companhia

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL AUTORIZADO PARA A PPSA

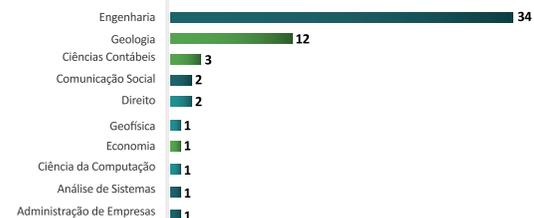
- 1** Diretor-presidente
- 3** Diretores
- 58** Cargos de empregados de livre provimento
Aprovação: Portaria SEST n° 2.772, de 30/01/2020)

PERFIL DA EQUIPE

QUADRO DE PESSOAL – NÍVEL DE FORMAÇÃO DEZ / 21



QUADRO DE PESSOAL – FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA DEZ / 21



SAIBA MAIS



[Conheça nosso Organograma](#)

[Informe-se sobre Quem é Quem](#)

[Acesse nosso Regimento Interno](#)

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

Visão Geral da Companhia

Transformação Digital

Promover a transformação digital e buscar maior agilidade nos processos internos são ações que compõem uma das quatro diretrizes do Planejamento Estratégico. Para maior eficiência da atuação como gestora, possuímos o Sistema de Gestão de Partilha da Produção (SGPP), plataforma que realiza, entre outras atividades, os controles de reconhecimento e de recuperação de custos, acompanhamento da produção, cálculos dos excedentes de óleo da união e comercialização, exigidos legalmente.

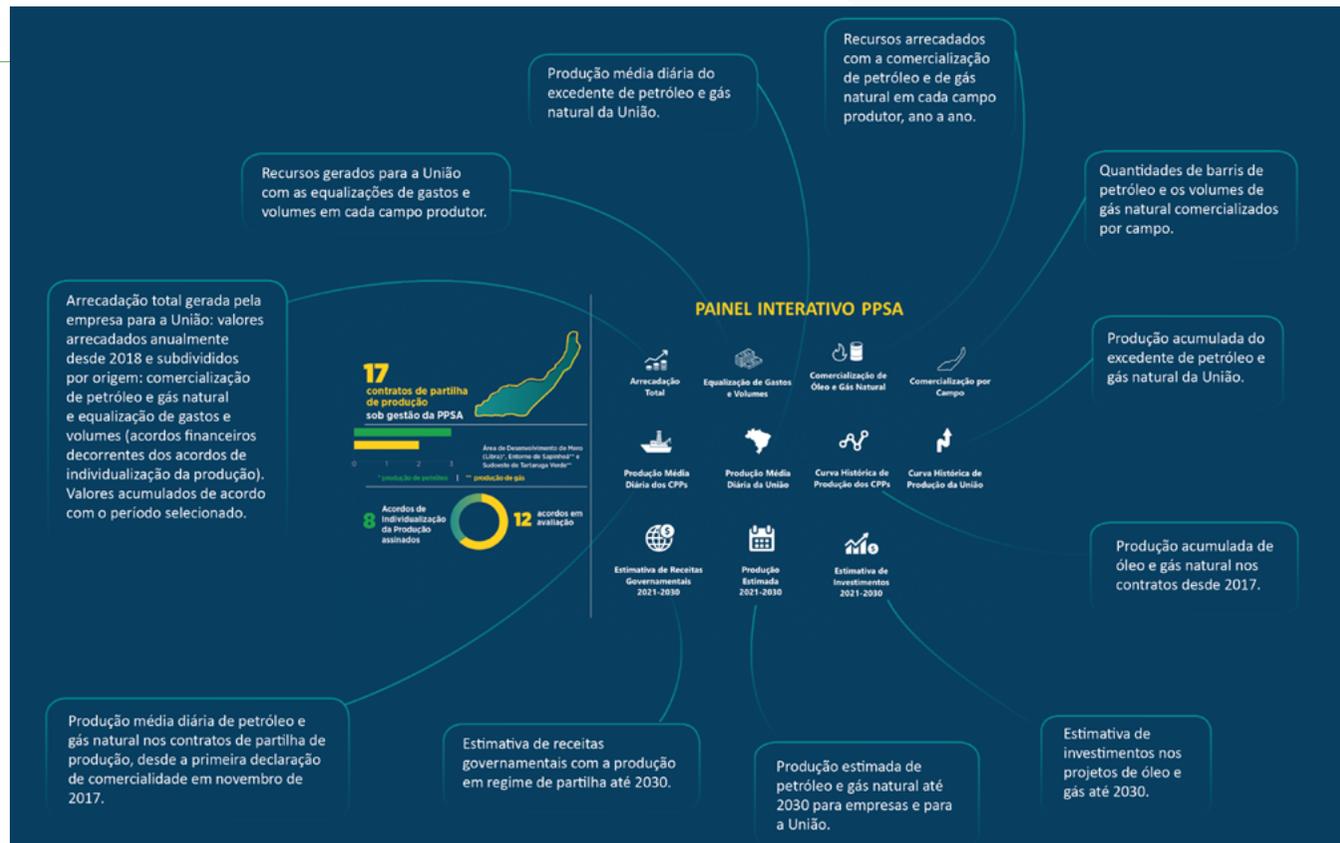
Ao longo do ano foram realizadas melhorias no SGPP, permitindo, por exemplo, a elaboração do relatório de Excedente em Óleo da União para contratos com mais de um campo, o que até então não era possível. Tais melhorias têm impacto direto nos processos de gestão dos contratos e de comercialização das parcelas da União. O sistema também passou a fazer reconhecimento de custos de jazidas compartilhadas, nas quais a União possui parcela de excedente em óleo por meio de contrato de partilha de produção e, em paralelo, tem participação em acordo de individualização da produção.

Em ação com o objetivo de ampliar a transparência da empresa, foi desenvolvido um Painel Interativo por meio do *software Power BI*. A ferramenta permitiu à empresa inovar em seu papel institucional, apresentando de forma transparente, organizada e objetiva a produção de petróleo e gás natural dos contratos de partilha de produção; a parcela de direito da União nesses contratos; a arrecadação já realizada com a comercialização de petróleo e gás natural da União e com a realização de acordos de individualização da produção, bem como projeções de arrecadações futuras para o Tesouro Nacional nos próximos anos.

Os próximos passos incluem a adoção de novas funcionalidades no SGPP, iniciativas para a ampliação da segurança da informação e do uso de nuvem, adoção de novas ferramentas de suporte ao trabalho remoto e a implantação de um sistema de gestão de documentos.

Visão Geral da Companhia

Transformação Digital



SAIBA MAIS



[Veja nosso Painel Interativo](#)

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

Governança Corporativa

Estrutura de governança

Nossa governança corporativa é pautada pelos princípios de ética, transparência, clareza e idoneidade. Contamos com um sistema de gestão e um arcabouço de políticas e instrumentos normativos que estabelecem padrões a serem adotados pela empresa para garantir as melhores práticas nessa área.

A estrutura de governança da PPSA é composta pelos seguintes órgãos estatutários: Assembleia-Geral, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitê de Elegibilidade, Auditoria Interna, Ouvidoria e Área de Integridade.

A companhia é administrada pelo Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, composta por um Diretor-presidente e três Diretores.

A competência de cada órgão estatutário está descrita no Estatuto Social, que traz os regramentos que norteiam os atos da administração e definem a estrutura organizacional interna, bem como as funções das áreas que a compõem.

A figura ao lado demonstra a relação entre os órgãos estatutários.



SAIBA MAIS



[Conheça nosso Estatuto Social](#)

[Acesse a nossa página de Governança Corporativa para conhecer a composição dos órgãos e ter acesso a atas de reunião](#)

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

Governança Corporativa

Em 2021, foi eleita a nova composição da Diretoria Executiva, com prazo de gestão unificado em dois anos- até 31 de março de 2023. Em segundo mandato: José Eduardo Vinhaes Gerk, Diretor-Presidente; Samir Passos Awad, Diretor de Administração, Finanças e Comercialização; e Osmond Coelho Júnior, Diretor de Gestão de Contratos. Eleita em primeiro mandato: Cristiane Formosinho Conde, Diretora Técnica.

O quadro abaixo apresenta as áreas de atuação divididas por diretoria:



José Eduardo Vinhaes Gerk

Diretor-Presidente

Assessoria de Planejamento Estratégico
Consultoria Jurídica
Assessoria Especial
Comunicação e Ouvidoria
Assessoria da Presidência
Secretaria de Governança Corporativa
Assessoria da Presidência
Fiscalização, Conteúdo Local e Segurança,
Meio Ambiente e Saúde
Auditoria Interna



Cristiane Formosinho Conde

Diretor-Técnico

Superintendência de
Desenvolvimento e Produção
Superintendência de
Exploração
Superintendência de
Reservatórios



Osmond Coelho Junior

Diretor de Gestão de Contratos

Gerências Executivas de Contratos
Coordenação Técnica de Gestão de
Projetos e Contratos
Assessoria Especial



Samir Awad

**Diretor de Administração,
Finanças e Comercialização**

Gerência de Recursos Humanos e
Suporte Corporativo
Gerência de Controle e Finanças
Gerência de Licitação e Contratos
Gerência de Tecnologia da
Informação
Superintendência de Comercialização
de Petróleo e Gás

Governança Corporativa

Em busca da consolidação das melhores práticas de governança corporativa, mantivemos o compromisso permanente de implementar e atualizar nossas políticas, manuais, procedimentos e instrumentos de controle.

PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE GESTÃO

- ✓ Estatuto Social
- ✓ Código de Conduta e Integridade
- ✓ Política Anticorrupção
- ✓ Política de Riscos
- ✓ Política de Distribuição de Dividendos
- ✓ Política de Divulgação de Informações
- ✓ Política de Transação com Partes Relacionadas
- ✓ Política de Hedge
- ✓ Procedimentos de integridade
- ✓ Regulamento Interno de Licitações e Contratos
- ✓ Regimentos Internos dos colegiados e da empresa
- ✓ Procedimento de Governança para os Contratos de Partilha de Produção (CPP) com a Matriz de Limite de Competência e Autoridade nos CPPs

Governança Corporativa

Programa de Integridade

Nosso Programa de Integridade traz um conjunto de diretrizes e procedimentos que visam assegurar o cumprimento dos valores éticos de nosso Código de Conduta e Integridade e da Política Anticorrupção.

Para conscientizar e educar nossa equipe em relação aos valores da empresa e à importância do atendimento às legislações aplicáveis, ao longo de 2021, todos os colaboradores, membros dos colegiados e da Diretoria Executiva realizaram treinamento sobre integridade. Na capacitação, foram revisitados todos os pilares do Programa de Integridade, por meio de plataforma de ensino a distância (EAD), para garantir alinhamento e conscientização de toda a equipe às normas de conduta ética no ambiente corporativo.

Os empregados foram treinados em dez módulos que abordaram os seguintes tópicos na área de Integridade:

- 1 Canal de Ética
- 2 Código de Conduta
- 3 Presentes e Hospitalidades
- 4 Conflito de Interesses
- 5 Bens e Informações
- 6 Sistema de Compliance
- 7 Cotidiano
- 8 Uso de Procedimentos
- 9 Lei Anticorrupção
- 10 Recém-contratado

Em 2021, os membros dos colegiados participaram do curso de “Aprimoramento em Governança para Administradores e Conselheiros Fiscais de Empresas Estatais e Sociedades de Economia Mista” e do “Encontro de Conselheiros: Embarque para o Conselho do

Futuro: Tendência, Cenários e Impactos”, ambos organizados pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa- IBGC.

Outros cursos/encontros específicos da Área de Integridade fizeram parte dos treinamentos dos membros da equipe da empresa, como o “I Encontro Nacional para Administradores Públicos, Estatais e Entidades do Sistema “S” sobre Compliance, Integridade, Lei Anticorrupção e LGPD” – Premier Treinamentos; e “Compliance e Governança, da conformidade legal à integridade corporativa – IBGC.

Em paralelo, revisamos e implementamos novos procedimentos, visando aprimorar os mecanismos de prevenção, detecção e correção.

MECANISMOS DE PREVENÇÃO, DETECÇÃO E CORREÇÃO

PREVENÇÃO

Normativos, treinamentos e programas de comunicação instruindo como as pessoas devem agir e o que devem fazer para estarem em sintonia com o nosso Programa de Integridade, visando mitigar o risco de ocorrência de desvios de integridade.

DETECÇÃO

Canal de Denúncias próprio e atendimento pela Plataforma Fala.BR com o objetivo de identificar eventual ocorrência de atos contrários ao Código de Conduta e Integridade.

CORREÇÃO

Tolerância zero para desvios. Procedimentos de apuração e adoção de medidas de responsabilização em caso de comprovação de desvio de integridade.

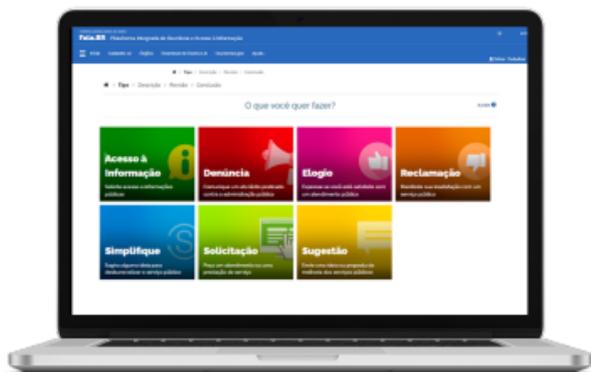
Governança Corporativa

Em janeiro de 2021, iniciou-se a nossa Ouvidoria, com a missão de atuar como interface entre o cidadão e as partes interessadas no recebimento de sugestões e reclamações, visando melhorar o atendimento da companhia em relação a demandas de investidores, empregados, fornecedores, clientes e sociedade em geral. A área é vinculada diretamente ao Conselho de Administração.

Cabe à Ouvidoria a responsabilidade de receber e examinar denúncias internas e externas, inclusive sigilosas, relativas às atividades da companhia. Trata-se de um canal de diálogo entre o cidadão e a empresa, imparcial e independente, que busca soluções para as questões recebidas, melhorias nos processos internos e aumento da transparência da empresa. As demandas podem ser encaminhadas por meio da plataforma Fala.BR. ou pelo Canal de Denúncias próprio da empresa.

Ao longo de 2021, foram recebidas 27 demandas pelo canal Fala.BR. Do total, somente 17 foram correlatas à atuação da empresa. Quando analisadas por tipo, observa-se que a empresa não recebeu nenhuma denúncia. Das 17 demandas, recebemos 16 pedidos de informação e uma solicitação. Todas as demandas foram tratadas prontamente. O Canal de Denúncias próprio recebeu uma única manifestação ao final do ano, cuja apuração será finalizada no primeiro trimestre de 2022.

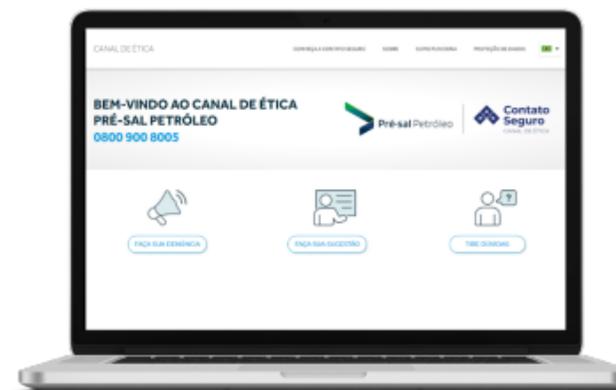
A PPSA, por intermédio de sua Diretoria Executiva e seus colegas reafirmam, permanentemente, seu comprometimento com a manutenção dos mais altos padrões de integridade, ética e governança na condução dos negócios e adotam tolerância zero com relação à corrupção.



SAIBA MAIS



[Acessa a Plataforma Integrada Fala.BR](#)



SAIBA MAIS



[Conheça nosso Canal de Denúncias](#)

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

Governança Corporativa

Planejamento Estratégico

Nosso Plano Estratégico 2021-2025 foi alicerçado em quatro Diretrizes Estratégicas. Atingimos índice de realização de 80%, desempenhando, com eficiência, atividades em nossas três frentes de atuação. A implementação do plano se deu por meio de um mecanismo de governança, constituído de um patrocinador, de responsáveis pelas diretrizes estratégicas, de um coordenador executivo e de coordenadores de cada iniciativa estratégica. As ações foram avaliadas mensalmente na Reunião de Análise Crítica (RAC) do Planejamento Estratégico, com o acompanhamento da curva de evolução, em que são apresentados os índices de execução previstos e realizados. As principais realizações demonstradas como resultados de 2021 fizeram parte de ações do Plano Estratégico.

A construção do Plano Estratégico 2022-2026 teve o envolvimento direto da alta administração e demais gestores da companhia em todas as etapas da sua elaboração. O processo tomou por base a observância da missão, da visão e dos valores da companhia e a análise do cenário econômico e energético para os próximos anos, dos normativos legais e do contexto atual e futuro da empresa, priorizando as estimativas de produção de petróleo e gás natural dos contratos de partilha de produção e a parcela projetada para a União, além de nossas ambições para os próximos cinco anos.

CENÁRIO AVALIADO PARA O PERÍODO

2022-2026

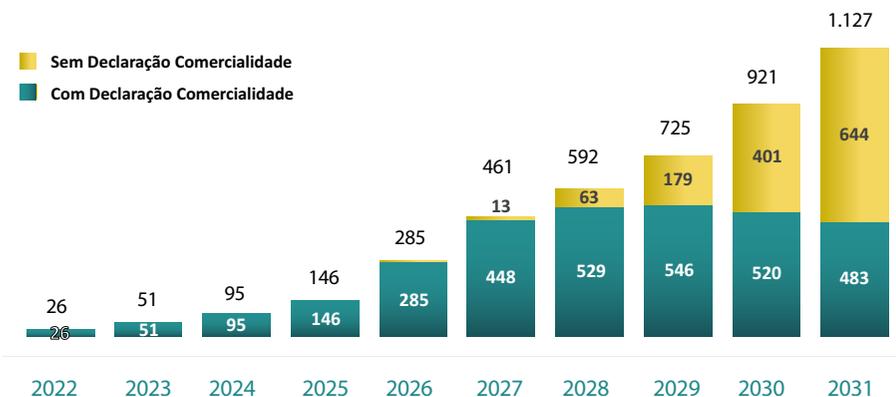
- ✓ 18 contratos de partilha de produção em carteira (inclusão de Sépia e Atapu e exclusão de Peroba, em processo de devolução à ANP).
- ✓ Possibilidade de realização da Oferta Permanente de 11 blocos exploratórios .
- ✓ Representação da União em até 20 acordos de individualização da produção, sendo 9 já assinados e 11 em avaliação.
- ✓ Produção crescente ao longo do quinquênio. Em 2026, a produção estimada de petróleo para a União, somente em regime de partilha, deverá atingir 285 mil barris por dia, conforme estudo apresentado em nosso 4º Fórum Técnico Pré-Sal Petróleo e atualizado após o leilão de Sépia e Atapu.
- ✓ Receita estimada para a União de US\$ 15,7 bilhões no próximo quinquênio com a comercialização, sob nossa gestão, do excedente em óleo previsto para a União.

Governança Corporativa

PRODUÇÃO MÉDIA DIÁRIA DA UNIÃO

EM MIL BARRIS POR DIA

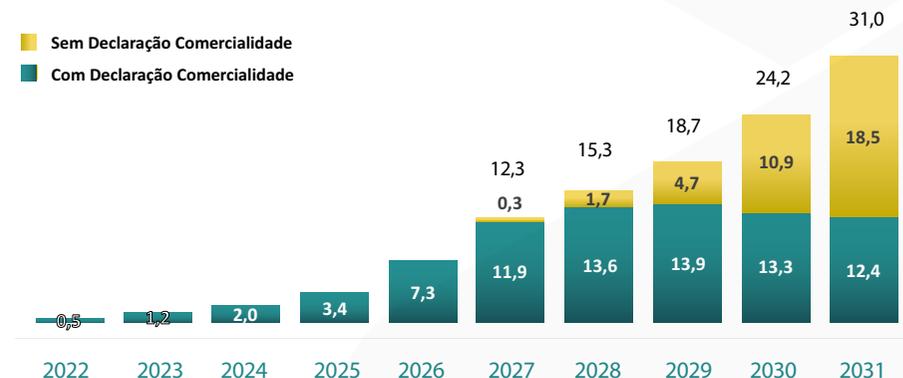
■ Sem Declaração Comercialidade
■ Com Declaração Comercialidade



RECEITA ESTIMADA PARA A UNIÃO

EM BILHÃO US\$

■ Sem Declaração Comercialidade
■ Com Declaração Comercialidade



Governança Corporativa

AMBIÇÕES PARA O PERÍODO

2022-2026

- ✓ Simplificação de diversos processos internos à PPSA
- ✓ Estruturação da carteira de projetos de desenvolvimento da produção
- ✓ Comercialização crescente de petróleo e gás da União ao longo dos próximos anos
- ✓ Identificação de alternativas para a logística da comercialização
- ✓ Representação da União crescente em acordos de individualização da produção
- ✓ Transformação digital da empresa
- ✓ Planejamento dos recursos necessários para desenvolver a estruturação da empresa
- ✓ Gestão do conhecimento para a perpetuidade das competências técnicas e gerenciais
- ✓ Sustentabilidade financeira de longo prazo
- ✓ Processos ágeis e eficientes
- ✓ Melhoria contínua da transparência e da comunicação
- ✓ Aderência às melhores práticas de governança e integridade
- ✓ Fomento de ações de redução de emissão de carbono
- ✓ Gestão Tecnológica e da carteira de projetos

Com base nas discussões, o grupo definiu cinco diretrizes estratégicas para o ciclo 2022-2026, cada uma delas com objetivos estratégicos que, por sua vez, se desdobram em iniciativas. Quatro delas já existiam anteriormente e foram atualizadas para atender o novo momento da empresa. A quinta diretriz foi criada para fomentar a aplicação de soluções técnicas e de inovações nos projetos de exploração e produção, visando melhorias dos resultados dos contratos de partilha de produção. Prevê também sistematizar a gestão tecnológica na empresa.

Governança Corporativa

Gestão de riscos

O processo de gerenciamento de riscos visa à prevenção e à mitigação dos principais riscos a que está exposta a empresa, inclusive aqueles relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e à ocorrência de atos de corrupção e fraude. Nossas diretrizes estão estabelecidas na Política de Riscos e seu gerenciamento está atribuído à Assessoria de Planejamento Estratégico, vinculada diretamente ao Diretor-Presidente.

O Conselho de Administração e Fiscal, a Diretoria Executiva e o Comitê de Auditoria acompanham regularmente o processo, orientando as equipes, aprovando documentos normativos e avaliando os relatórios trimestrais com os resultados das análises de riscos. A Auditoria Interna atua como órgão de assessoria quanto à efetividade do processo de gerenciamento de riscos.

A Assessoria de Planejamento Estratégico é responsável por coordenar junto às equipes a identificação, a classificação e a avaliação dos riscos. A evolução, bem como os planos de ação para mitigação dos riscos identificados, é acompanhada trimestralmente. Desta forma, há uma verificação contínua da adequação e da eficácia do processo de gerenciamento de riscos e seu impacto para a companhia.

Em 2021, oito riscos foram considerados prioritários e acompanhados pela companhia, com suas respectivas ações para mitigação.

Os riscos a que estamos expostos estão associados aos seguintes grupamentos:

RISCOS DE NEGÓCIO

São aqueles associados à estratégia da empresa e à gestão.

RISCOS OPERACIONAIS

São aqueles relacionados a falhas ou deficiências em processos internos, pessoas, sinistros ou catástrofes naturais.

RISCOS DE IMAGEM

São aqueles com capacidade de afetar a reputação da empresa.

RISCOS FINANCEIROS

São aqueles capazes de afetar a sustentabilidade financeira da empresa.

RISCOS DE INTEGRIDADE

São aqueles associados à conduta ética da equipe e administradores, ao descumprimento de práticas de conformidade e segurança da informação.

O Plano Estratégico 2022-2026 considera ainda os seguintes riscos e oportunidades para o quinquênio:

ESTRUTURAÇÃO DA EMPRESA

Principais ações de mitigação: realizar processo seletivo público, reter recursos humanos, investir em transformação digital, implantar a gestão do conhecimento e simplificar os processos.

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DE LONGO PRAZO DA PPSA

Principal ação de mitigação: definir alternativas para remuneração da PPSA.

PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ÓLEO E GÁS

Principal ação de mitigação: considerar novas alternativas no processo de comercialização.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Principais ações de mitigação: ampliar investimentos em segurança da informação.



Fomentar a melhoria na concepção, na eficiência operacional e na gestão dos projetos, disseminando melhores práticas e tecnologias.

Otimizar a gestão dos processos através da transformação digital e gestão de dados técnicos.

Contribuir com estudos de viabilidade para a redução de emissão de carbono e aumento da eficiência energética.

Contribuir com estudos de viabilidade para disponibilização do Gás Natural.

Resultados da Gestão

Contratos de partilha de produção

O regime de partilha de produção foi estabelecido em 2013 e é adotado para blocos situados no Polígono do Pré-Sal e em áreas estratégicas. Nesse regime, a União participa, sem investir ou correr risco, da atividade de exploração e produção, além de regulá-la e fiscalizá-la. As áreas são arrematadas em leilões promovidos pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), com bônus fixo. A disputa ocorre pelo percentual de excedente da produção de petróleo e gás natural ofertado pelos consórcios à União. É declarado vencedor o licitante que oferecer o maior percentual de excedente em óleo para a União.

Até o momento já foram realizadas seis Rodadas de Partilha de Produção e duas Rodadas de Volumes Excedentes da Cessão Onerosa, que ofereceram áreas a serem exploradas neste regime. No total, 19 áreas foram arrematadas. Como duas delas – Sépia e Atapu – foram licitadas em dezembro de 2021, com previsão de assinatura de contrato no primeiro trimestre de 2022, fizemos a gestão de 17 contratos de partilha de produção em 2021.

LINHA DO TEMPO DAS RODADAS

**DE 2013
A 2017**

1ª, 2ª e 3ª Rodada

Libra (2013)	Peroba
Sapinhoá	Alto de Cabo Frio Central
Carcará	Alto de Cabo Frio Oeste
Sul de Gato do Mato	

JUN/2018

4ª Rodada

Uirapuru
Três Marias
Dois Irmãos

SET/2018

5ª Rodada

Saturno
Titã
Pau-Brasil
SE de Tartaruga Verde

NOV/2019

6ª Rodada

Aram
1ª Rodada dos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa
Atapu
Búzios

DEZ/2021

2ª Rodada dos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa

Sépia
Atapu

Contratos a serem assinados em 2022

LISTAGEM DOS CONTRATOS POR RODADA

RODADA	CONTRATO	OPERADOR	ASSINATURA	EXCEDENTE EM ÓLEO PARA A UNIÃO	BÔNUS
Rodada 1	Libra	Petrobras	dez-13	41,65%	R\$ 15 bi
Rodada 2	Entorno de Sapinhoá	Petrobras	jan-18	80,00%	R\$ 3,3 bi
	Norte de Carcará	Equinor	jan-18	67,12%	
	Sul de Gato do Mato	Shell	jan-18	11,53%	
Rodada 3	Alto de Cabo Frio Central	Petrobras	jan-18	75,86%	R\$ 2,8 bi
	Alto de Cabo Frio Oeste	Shell	jan-18	22,87%	
	Peroba	Petrobras	jan-18	79,96%	
Rodada 4	Dois Irmãos	Petrobras	dez-18	16,43%	R\$ 3,1 bi
	Três Marias	Petrobras	dez-18	49,95%	
	Uirapuru	Petrobras	dez-18	75,49%	
Rodada 5	Saturno	Shell	dez-18	70,20%	R\$ 6,8 bi
	Pau Brasil	BP	dez-18	63,79%	
	Titã	Exxon Mobil	dez-18	23,49%	
	Sudoeste de Tartaruga Verde	Petrobras	dez-18	10,01%	
Rodada 6	Aram	Petrobras	mar-20	29,96%	
1ª Rodada dos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa	Búzios	Petrobras	mar-20	23,24%	R\$ 69,96 bi
	Itapu	Petrobras	mar-20	18,15%	
2ª Rodada dos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa	Sépia	Petrobras	ainda não assinado	37,43%	R\$ 11,14 bi
	Atapu	Petrobras	ainda não assinado	31,68%	

Também no final de 2021, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou os parâmetros técnicos e econômicos para a licitação de outros 11 blocos em regime de partilha de produção, autorizando a ANP a ofertá-los no sistema de Oferta Permanente.

Cinco desses blocos já haviam sido ofertados em Rodadas de Partilha de Produção realizadas anteriormente, não sendo arrematados: Itaimbezinho (4ª); Norte de Brava, Bumerangue, Cruzeiro do Sul e Sudoeste de Sagitário (6ª). Os demais seis blocos seriam ofertados em rodadas futuras inicialmente previstas: Ágata, Água marinha e Esmeralda (7ª) e Jade, Turmalina e Tupinambá (8ª).

Resultados da Gestão

O REGIME DE PARTILHA DE PRODUÇÃO EM 2021



Resultados da Gestão

ATIVIDADES DE GESTÃO

Os 17 contratos em regime de partilha de produção contam com cinco operadores - Petrobras, BP, Equinor, ExxonMobil e Shell - e outras nove empresas consorciadas. A Petrobras é a principal operadora desse regime, presente em 11 dos 17 contratos.

A partir de 2022, com a assinatura do contrato de Sépia, serão dez empresas consorciadas, visto que a Petronas, da Malásia, iniciará suas atividades no Polígono do Pré-sal.

Para realizar suas atribuições de gestora, a companhia conta com sete gerentes executivos, que trabalham junto aos operadores, apoiados por equipes de geólogos, geofísicos, petrofísicos, engenheiros de reservatório e engenheiros de petróleo, entre outras especialidades.

Como gestores, temos atribuições legais de acompanhamento dos contratos. Presidimos todos os Comitês Operacionais dos contratos de partilha de produção e atuamos tecnicamente para aprovar e auditar os gastos com custeio e investimento passíveis de recuperação pelos contratados, via volume de petróleo produzido. Também verificamos o cumprimento das exigências do conteúdo local no desenvolvimento das jazidas petrolíferas do Polígono do Pré-Sal e contribuimos com iniciativas que tragam benefícios aos projetos por meio de inovações tecnológicas.



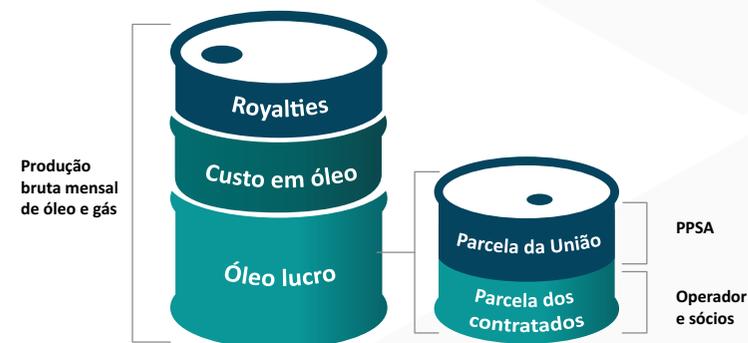
Resultados da Gestão

Embora nossa atuação esteja sempre pautada em obter os melhores resultados para a União, a própria característica do regime de partilha de produção, em que o chamado óleo lucro é dividido entre o consórcio e a União, faz com que um resultado eficiente de gestão traga benefícios tanto para os cofres públicos quanto para os consórcios.

Neste contexto, a colaboração entre a nossa equipe técnica e os times dos consorciados tem se consolidado como um aspecto fundamental para o sucesso dos trabalhos. Em meio a atividades altamente complexas, a diversidade de conhecimentos da força de trabalho de empresas globais somada à senioridade e expertise de nosso corpo técnico têm se transformado em efetivos resultados para os consórcios e para a União. Com o conhecimento adquirido na gestão de 17 contratos, estamos nos tornando, pouco a pouco, um catalisador de inovação técnica, compartilhando e agregando as boas soluções entre os consórcios.

ENTENDA O ÓLEO LUCRO

No regime de partilha de produção, o operador e os contratados arcam com todos os custos do empreendimento e, em caso de sucesso exploratório, têm direito à recuperação de um volume de hidrocarbonetos denominado “custo em óleo”. Para calcular a parcela de petróleo e gás natural da União e dos demais parceiros de cada projeto em regime de partilha, desconta-se, do total da produção de cada campo, o volume correspondente aos royalties devidos e a todos os gastos de investimento e operacionais necessários para a execução das atividades de exploração e produção (custo em óleo). A diferença, denominada “óleo lucro”, é repartida entre as empresas participantes do consórcio e a União, a qual receberá a parcela de excedente em óleo que lhe foi ofertada no leilão.



Resultados da Gestão

PRINCIPAIS MARCOS EM 2021

NA GESTÃO

- ✓ Levantamento e diagnóstico dos principais processos e indicadores relacionados à gestão dos contratos de partilha de produção, a fim de simplificar a atuação, reduzir prazos e aprimorar o monitoramento;
- ✓ 16 contratos em processo de reconhecimento de custos. Itapu iniciará o processo de reconhecimento no primeiro trimestre de 2022;
- ✓ 4 contratos em processo de recuperação de custos;
- ✓ Cálculo e negociação, com a Petrobras, das participações e da compensação entre os contratos de cessão onerosa e de partilha de produção nas áreas de Búzios (Cessão Onerosa, com 26,186%, e Contrato de partilha, com 73,814%) e Itapu (Cessão Onerosa, com 51,708%, e Contrato de partilha, com 48,292%), que permitiu a celebração dos Acordos de Coparticipação (ACP) de Búzios e de Itapu entre Petrobras e PPSA;
- ✓ Avaliação dos volumes excedentes para a cessão onerosa nas áreas de Sul de Lula, Sul e Norte de Berbigão e Sul e Norte de Sururu, atendendo ao Acórdão 2458/2019 - Plenário do TCU;
- ✓ Cálculo e negociação com a Petrobras das Participações e Compensação entre os contratos de cessão onerosa e os contratos de partilha de produção nas áreas de Sépia e Atapu, reduzindo incertezas para a Segunda Rodada de Volumes Excedentes da Cessão Onerosa;
- ✓ Instituição do Comitê de Gás Natural na PPSA, com a finalidade de apoiar e prover esclarecimentos ao Ministério de Minas e Energia (MME), ao Ministério de Economia (ME), à Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e à ANP, referentes ao aproveitamento e à comercialização de gás natural oriundo do pré-sal, além de participar das iniciativas conduzidas por esses mesmos órgãos, no sentido de dinamizar o Novo Mercado de Gás;
- ✓ Publicação do Boletim de Gás Natural, elaborado pelo Comitê de Gás Natural da PPSA;
- ✓ Instituição do Comitê Permanente para Estudos de Redução de Emissões e Captura de Carbono, com o objetivo de fornecer à administração da PPSA elementos para a cooperação com os parceiros e para a tomada de decisão quanto aos futuros passos necessários para enfrentar o problema da descarbonização. As atividades do Comitê englobam a identificação e a avaliação das tecnologias envolvidas na redução de emissões e captura de carbono no processo de produção de petróleo.



Resultados da Gestão

NA OPERAÇÃO

- ✓ Início da produção, em setembro, dos volumes excedentes da cessão onerosa de Búzios em regime de partilha de produção;
- ✓ Produção permanente dos contratos de Libra (Mero), Entorno de Sapinhoá, Tartaruga Verde Sudoeste e Búzios;
- ✓ Conclusão do Sistema de Produção Antecipada 1 (SPA-1) da Área de Desenvolvimento de Mero e início do SPA-2. Devolução à ANP da área Sudeste de Libra e continuidade dos estudos sísmicos e geológicos da área Central;
- ✓ Definição, para os primeiros meses de 2022, do início da perfuração de três áreas: poço de desenvolvimento em Itapu; poço pioneiro de Alto de Cabo Frio Central; e poço pioneiro Vaz Lobo-N, em Dois Irmãos;
- ✓ 3 novas descobertas, confirmadas pela presença de indícios de hidrocarbonetos nos poços pioneiros Temisto-N, em Três Marias; Titã-1, em Titã; e poço 1-BRSA-1381-SPS, em Aram.

SAIBA MAIS



[Veja o Boletim Mensal dos Contratos de Partilha de Produção e acompanhe a produção dos contratos e da União](#)

[Confira nosso Painel Interativo e conheça a produção média diária nos contratos de partilha de produção, a produção média diária do excedente da União, a produção acumulada nos contratos desde 2017, a produção acumulada do excedente da União e as estimativas de produção entre 2022-2031.](#)



[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)



Pré-sal
Petróleo

Resultados da Gestão

SÉPIA E ATAPU: ATUAÇÃO PARA ELIMINAÇÃO DE INCERTEZAS

Contribuímos de forma relevante para a realização da Segunda Rodada dos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa, realizada em dezembro de 2021, e que teve os blocos de Sépia e Atapu arrematados com percentuais de excedente em óleo para a União de 37,43% e 31,68%, respectivamente, correspondendo a ágios de 149,20% e 437,86%.

Os campos de Atapu e Sépia foram ofertados, pela primeira vez ao mercado em novembro de 2019, mas não foram arrematados. Entre os motivos, estavam as incertezas da época em relação ao valor da compensação e ao percentual das participações. Para aumentar a atratividade do futuro leilão para a nova oferta dessas áreas, o Ministério de Minas e Energia (MME) entendeu como necessárias duas ações principais a serem executadas pela nossa empresa: definição das participações recíprocas do Contrato de Cessão Onerosa e do futuro Contrato de Partilha de Produção e avaliação e negociação com a Petrobras para o cálculo do valor da compensação antes da divulgação do pré-edital do leilão.

Em fevereiro de 2020, iniciamos os trabalhos de avaliação técnica das jazidas de Atapu e Sépia. Em setembro do mesmo ano, encaminhamos à ANP, em conjunto com a Petrobras, nosso relatório técnico com a definição das participações recíprocas do Contrato de Cessão Onerosa e do futuro Contrato de Partilha de Produção.

Em dezembro de 2020, a ANP aprovou as participações, estabelecendo um percentual de 60,5% e de 68,7% para a participação em partilha de produção de Atapu e Sépia, respectivamente.

Em abril de 2021, foi celebrado um acordo entre a nossa empresa e a Petrobras, com base em diretrizes emanadas por um Comitê Propositivo, submetendo à aprovação do MME os parâmetros acordados e o valor calculado da compensação a ser paga à cessionária pelos futuros contratados em regime de Partilha de Produção, no montante de US\$ 6,45 bilhões para os dois campos (US\$ 3.253.580.741,00 para Atapu e US\$ 3.200.388.219,00 para Sépia, atrelados à Tabela de Complementação da Compensação, conforme constante no Acordo).

Com a redução das incertezas, a rodada superou as expectativas. Houve competição entre os consórcios, o que elevou o percentual de excedente em óleo para a União, gerando resultado extraordinário para o país.

A partir da assinatura dos dois contratos, previstas para abril de 2022, passaremos a atuar como gestora dos mesmos.

SAIBA MAIS



[Conheça nosso e-book "Entendendo os Volumes Excedentes da Cessão Onerosa"](#)

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

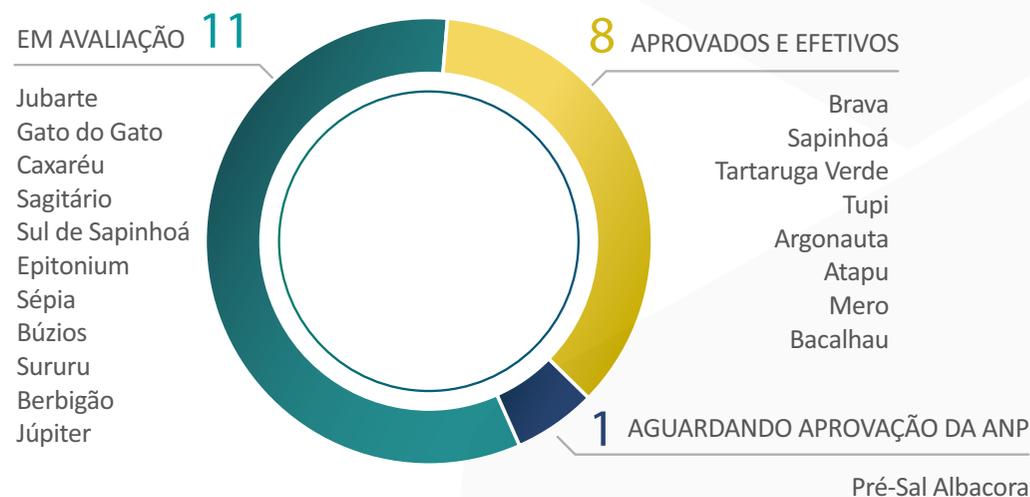


Resultados da Gestão

Acordos de individualização da produção

Um acordo de individualização da produção (AIP), também conhecido como unitização, é iniciado quando se verifica a possibilidade do limite de uma jazida petrolífera ultrapassar a área outorgada. Nessas circunstâncias, quando uma área não contratada no Polígono do Pré-sal ou uma área estratégica está envolvida, é nossa função representar a União nesses acordos. A unitização permite que a produção, os custos e o plano de desenvolvimento da jazida sejam compartilhados entre os titulares de direitos sobre as áreas, garantindo a racionalidade da produção e evitando a lavra predatória.

Até o momento, concluímos nove acordos de individualização da produção, sendo oito deles já aprovados pela ANP. Desses, dois foram aprovados em 2021: o AIP de Bacalhau, assinado por Equinor Brasil, ExxonMobil, Petrogal Brasil e Pré-Sal Petróleo, que estabelece as participações do Contrato de Concessão do BM-S-8 e do Contrato de Partilha de Produção de Carcará Norte na Jazida Compartilhada, bem como a participação indivisa de cada parte nos direitos e nas obrigações associados às atividades conjuntas a ela relacionadas; e o AIP da Jazida Compartilhada de Mero, entre o Contrato de Partilha de Produção LIBRA-P1 e a União, representada pela PPSA. O nono acordo, o AIP do pré-sal de Albacora (Forno), encontra-se em aprovação na ANP. Outros 11 acordos estão sendo avaliados pela nossa equipe.



Resultados da Gestão



JAZIDA COMPARTILHADA DE MERO

O AIP da Jazida Compartilhada de Mero, localizada na Bacia de Santos, foi aprovado pela ANP na reunião de Diretoria Colegiada nº 1.074, realizada dia 9 de dezembro de 2021, e está efetivo desde 1º de janeiro de 2022.

A Jazida Compartilhada de Mero compreende a área do Campo de Mero (Contrato de Partilha de Produção LIBRA-P1), com 96,5%, e a área adjacente (União, representada pela PPSA), com 3,5%.

O acordo estabelece as participações de cada uma das partes e as regras da execução conjunta das operações de desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural na jazida compartilhada. As participações de cada parte na jazida compartilhada de Mero passam a ser: Petrobras (38,6%), Shell Brasil (19,3%), TotalEnergies (19,3%), CNOOC (9,65%), CNOOC (9,65%) e PPSA (3,5%).

Em decorrência do processo de individualização da produção da jazida, as partes estão negociando a equalização entre os gastos incorridos e as receitas relativas aos volumes produzidos até a data da efetividade do AIP.

JAZIDA COMPARTILHADA DE BACALHAU

O Acordo de Individualização da Produção (AIP) de Bacalhau, assinado por Equinor Brasil, ExxonMobil, Petrogal Brasil e Pré-Sal Petróleo (PPSA), estabelece a participação de 48% do Contrato de Concessão do BM-S-8 e de 52% do Contrato de Partilha de Produção de Carcará Norte na Jazida Compartilhada. Nossa empresa é a gestora do contrato de Partilha de Norte de Carcará e assina o AIP como Interveniente Anuente. O AIP, submetido à ANP em 29 de janeiro de 2021, foi aprovado pela Agência em 9 de dezembro do mesmo ano e está efetivo desde 1º de janeiro de 2022.

Em 12 de março de 2021, a ANP aprovou o Plano de Desenvolvimento (PD) da Fase 1 da Jazida Compartilhada de Bacalhau, estabelecendo também importantes condicionantes a respeito do progresso da Fase 2.

Bacalhau está localizado na Bacia de Santos, a 185 km do litoral do município de Ilhabela/SP, no estado de São Paulo, em lâmina d'água de 2.050 metros. Em 31 de maio de 2021, a Equinor e seus parceiros chegaram à Decisão Final de Investimento (FID) para a Fase 1 de Bacalhau, com investimentos da ordem de US\$ 8,5 bilhões, com expectativa de geração de 400 novos empregos e arrecadação de US\$ 29 bilhões em participações governamentais.

SAIBA MAIS



[Acesse o nosso e-book "Entendendo os Acordos de Individualização da Produção"](#)

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

Resultados da Gestão

Comercialização de petróleo e gás natural

A comercialização da parcela de petróleo e gás natural da União teve início em 2018, com a venda de um 1,25 milhão de barris do petróleo produzido na Área de Desenvolvimento de Mero. Conforme o esperado, com o desenvolvimento dos contratos, o volume de cargas da União entrou em ritmo de crescimento. Em 2021, comercializamos 3,5 milhões de barris de petróleo da Área de Desenvolvimento de Mero (Libra) e do Entorno de Sapinhoá, e 57,6 milhões de metros cúbicos de gás natural dos Campos de Búzios, Entorno de Sapinhoá, Tartaruga Verde Sudoeste e Tupi.

Com esse resultado, obtivemos 140% de atingimento do Indicador de cumprimento da comercialização de óleo (% Volume comercializado/% Volume Previsto no ano) e geramos arrecadação recorde de R\$ 1,22 bilhão no ano. Desde 2018, o resultado acumulado apenas com a comercialização de hidrocarbonetos da União soma R\$ 2,62 bilhões.

Em 2021, realizamos na Bolsa de Valores de São Paulo o 3º Leilão de Petróleo da União para a comercialização de mais de 55 milhões de barris de petróleo de propriedade da União, oriundos dos campos de Búzios, Sapinhoá, Tupi e da Área de Desenvolvimento de Mero. Seis empresas foram habilitadas para participar. O leilão teve como objetivo a seleção da proposta mais vantajosa, com critério de maior ágio sobre o Preço de Referência fixado pela ANP, para a comercialização do petróleo da União. Após disputa, toda a produção dos quatro lotes leiloados foi arrematada pela Petrobras, com estimativa de arrecadação para a União de cerca de R\$ 25 bilhões em cinco anos. Os contratos foram assinados em 16 de dezembro de 2021.



*Alípio Ferreira, gerente executivo de comercialização externa da Petrobras,
e Eduardo Gerck, Diretor-Presidente da PPSA*

Resultados da Gestão

CONFIRA O RESULTADO DO 3º LEILÃO DE PETRÓLEO DA UNIÃO

Por lei, podemos comercializar os hidrocarbonetos da União diretamente, preferencialmente por leilão ou por mercado spot ou ainda por meio da contratação de um agente comercializador. Certos de que a busca pelo melhor modelo de comercialização para as produções da União deve ser uma constante, também realizamos em 2021 uma licitação internacional para a contratação de um agente comercializador para a venda da parcela da União, na Área Individualizada de Tupi. Embora três empresas tenham solicitado cadastramento para participar, as documentações necessárias para o certame não foram enviadas pelas mesmas e a licitação foi considerada deserta. A produção foi comercializada posteriormente no leilão da B3 com os três outros lotes dos demais campos.

LOTE	QUANTIDADE ESTIMADA (BBL)	PRAZO DE CONTRATO (MESES)	PROPOSTANTES VENCEDORAS	VALOR (POR M³)
Búzios	6,6 milhões	36	Petrobras	PR + R\$ 65
Sapinhoá	2,4 milhões	60	Petrobras	PR + R\$ 7,35
Tupi	3,3 milhões	60	Petrobras	PR + R\$ 3,35
Mero	43,4 milhões	36	Petrobras	PR + R\$ 52

CENÁRIO FUTURO

Nossas projeções mostram um salto para os próximos dez anos: estimamos que até 2031 devam ser produzidos 8,2 bilhões de barris de petróleo em regime de partilha de produção, dos quais 1,5 bilhão de barris pertencerão a União. A estimativa de arrecadação é de US\$ 122,7 bilhões com a negociação desse volume. Os dados constam do estudo “Estimativa de Resultados nos Contratos de Partilha de Produção- 2022-2031” elaborado pela companhia.

SAIBA MAIS



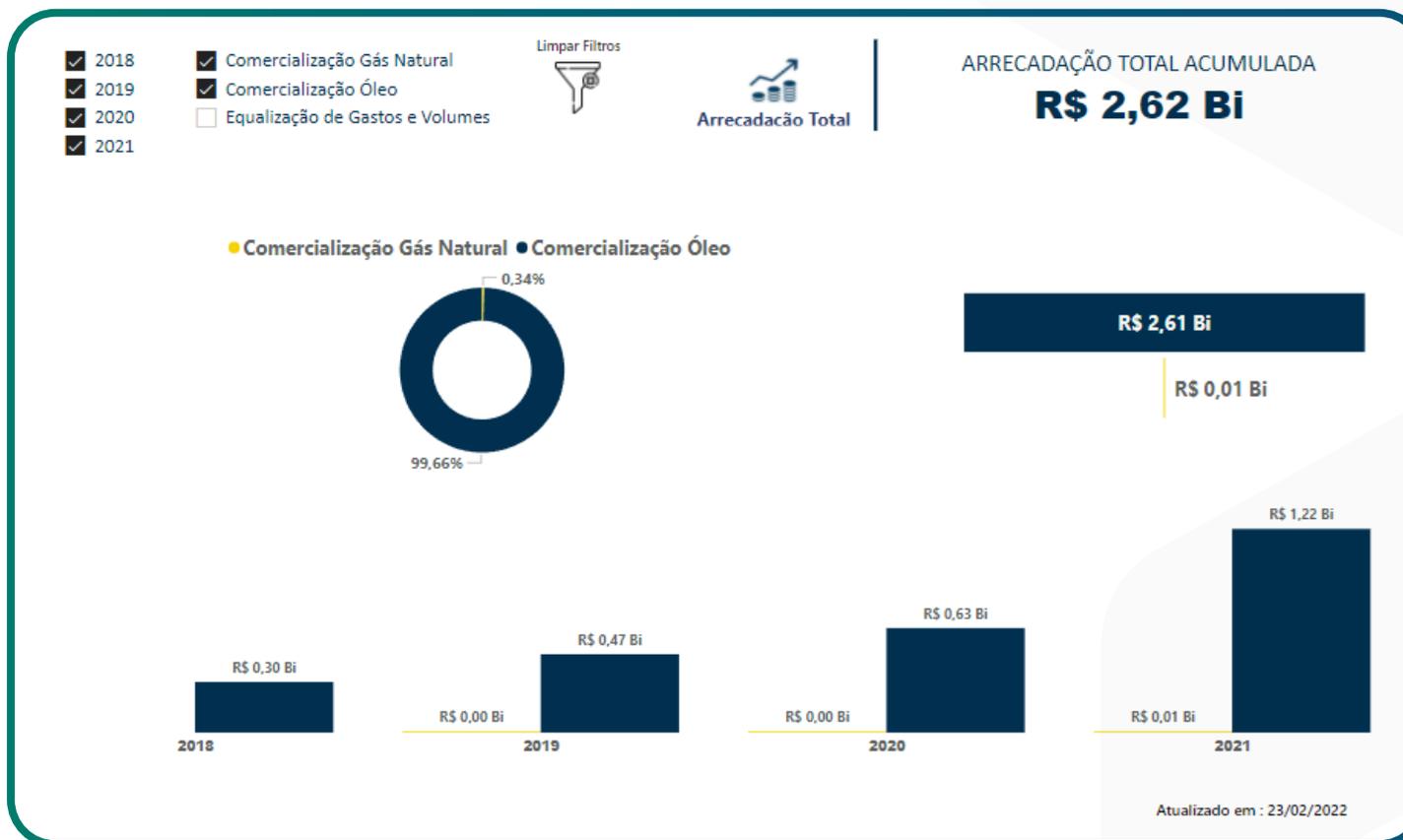
[Confira o estudo “Estimativa de Resultados nos Contratos de Partilha de Produção - 2022-2031”](#)

[Acesse nosso Painel Interativo para conhecer os valores arrecadados em reais anualmente com a comercialização desde 2018, os volumes de petróleo e gás natural da União comercializados por campo produtor e as estimativas de receita da União com a comercialização do petróleo para os próximos dez anos.](#)



[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

ARRECADAÇÃO COM A COMERCIALIZAÇÃO 2018-2021



ARRECAÇÃO ESTIMADA COM A COMERCIALIZAÇÃO 2022-2031



Resultados da Gestão

LOGÍSTICA DO ÓLEO DO PRÉ-SAL

Em outra frente de atuação, estamos acompanhando, em conjunto com os operadores, a busca por novas tecnologias para redução de custos logísticos nas operações no pré-sal, no intuito de potencializar os ganhos para a União no escoamento de sua produção. Entre os estudos, destacam-se as alternativas para as operações de descarregamento (alívio) do óleo das Unidades FPSO (Floating, Production, Storage & Offloading), em substituição ao emprego de navios especiais equipados com posicionamento dinâmico.

O Cargo Transfer Vessel (CTV), embarcação de menor porte, tem se apresentado como uma opção para o descarregamento do óleo de FPSOs nas bacias de Santos e Campos. A embarcação conecta o FPSO ao navio aliviador convencional em segurança e tem potencial de grande simplificação e redução dos custos de alívio nos projetos de desenvolvimento de produção.



Informações econômico-financeiras

Custeio

Os recursos para custeio das atribuições legais da PPSA advêm do Contrato de Remuneração com o Ministério de Minas e Energia (MME). Este contrato prevê a remuneração dos serviços prestados à União na gestão dos contratos de partilha de produção, na representação da União nos procedimentos de individualização da produção de petróleo e gás natural e nos acordos decorrentes da gestão dos contratos para a comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos da União previstos em lei.

Como condição para o faturamento, elaboramos o Relatório Mensal de Remuneração com todas as informações sobre os contratos sob gestão da empresa, até o quinto dia útil do mês subsequente, para que o MME efetue a conferência e libere o aceite dos serviços.

O primeiro Contrato de Remuneração foi assinado em 30 de novembro de 2015, tendo sido aditado para inclusão do CNPJ do escritório central no Rio de Janeiro e, mais recentemente, para estender a vigência até 30 de junho de 2021. Neste contrato, a remuneração pela gestão e pela representação da União era proporcional ao número de contratos, à dimensão dos blocos, à quantidade de módulos da etapa de desenvolvimento e à vazão de fluidos produzidos, de acordo com as fases e as etapas de cada um deles.

A negociação do novo contrato foi concluída ainda em 2020 e teve como princípio uma nova metodologia de medição acordada com o MME, a fim de garantir um critério mais objetivo. O conceito desenvolvido consiste em atribuir tarifas às diferentes fases de um contrato de partilha ou acordo de individualização de produção, com fatores multiplicadores por área do bloco, quando em fase de exploração, e por módulos de produção, quando em fases de desenvolvimento de produção, trazendo renovação e ajustando o novo contrato à realidade da empresa. Este novo contrato foi celebrado com duração de seis meses, sendo aditado por igual período e, por fim, renovado por 12 meses em dezembro de 2021.

Investimento

Os recursos para manutenção e ampliação das atividades oriundas das atribuições legais da companhia advêm dos aportes de capital da União (acionista única) e dos valores correspondentes às parcelas do bônus de assinatura destinados à companhia, nos termos da parte final do inciso I, do art. 7º, da Lei nº 12.304/2010. Durante o ano de 2021, não tivemos receitas referentes a bônus de assinatura.

Em 2021, investimos R\$ 2,7 milhões em softwares especialistas de geociências (geologia e geofísica) e de simulação de reservatórios, para suporte às atividades técnicas da companhia.

Operações da companhia

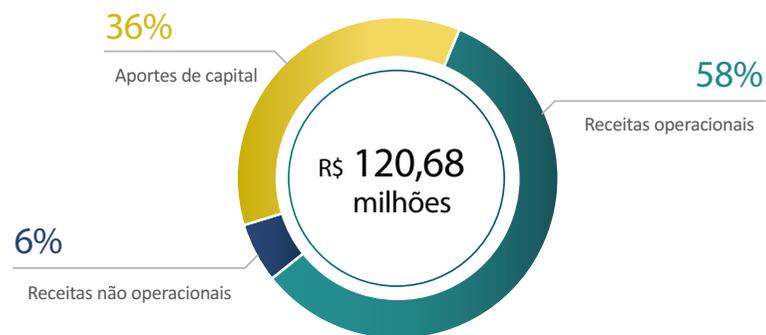
Em 2021, seguimos mantendo uma estrutura enxuta de custos e rigor na gestão dos recursos financeiros. A receita bruta de serviços pela gestão de contratos e pela representação da União totalizou R\$ 70 milhões, gerando R\$ 10 milhões em impostos diretos: PIS, COFINS e ISS. Nesse período, acumulamos R\$ 4,1 milhões em receitas de aplicações financeiras e, em 14 de outubro de 2021, efetuamos o pagamento de dividendos de R\$ 13,3 milhões à União, referentes ao ano de 2020.

A média mensal de faturamento bruto pelos serviços de gestão foi de R\$ 5,8 milhões. A empresa acumulou R\$ 1,5 milhão em receitas financeiras líquidas, encerrando o exercício social de 2021 com R\$ 125,7 milhões em caixa. O capital social, no valor total de R\$ 93,3 milhões e subscritos pelo acionista controlador, encontra-se 100% integralizado.

Informações econômico-financeiras

Realização orçamentária

Do Programa de Dispêndios Globais (PDG) de 2021, aprovado pelo Decreto nº 10.560, de 3 de dezembro de 2020, foram realizadas 79% das fontes de recursos planejadas, perfazendo mais de R\$ 120,7 milhões. Deste total, 58% são receitas operacionais; 36%, aportes de capital do controlador; e 6%, receitas não operacionais.



No que tange ao uso de recursos, foram realizados 76% do uso de recursos planejados, perfazendo R\$ 79,9 milhões. Deste total, 13% correspondem a tributos e encargos parafiscais; 55%, a despesas com pessoal e encargos sociais; 6%, correlatos a dispêndios de capital; e 19%, a despesas com serviços de terceiros. Outros 7% respondem pelas rubricas de outros dispêndios correntes, utilidades e serviços, e materiais e produtos.



O total de custos dos serviços prestados e das despesas operacionais em 2021 foi de R\$ 68,4 milhões, o que representou incremento de 3,55% em relação ao exercício de 2020. Os custos e as despesas de 2021 e 2020 ficaram similares, tendo pequena variação positiva nos valores de serviços prestados. Em razão do fechamento do ano em prejuízo contábil e fiscal, não apuramos Imposto de Renda e Contribuição Social.

Informações econômico-financeiras

Receitas para a União

Arrecadamos R\$ 1.223,48 milhão para a União em 2021, correspondente à comercialização de petróleo e gás da União, sob gestão da companhia. O resultado da comercialização, quando comparado ao de 2020, é superior em 95%. Sendo comparado a 2019, é superior em 161% e, se comparado ao de 2018, quando a empresa iniciou essa atividade, é superior em 305%.

A tabela ao lado demonstra os valores arrecadados por campo.

RÓTULOS DE LINHA	VALOR
MERO-ÓLEO	476.251.030,62
SAPINHOÁ-ÓLEO	742.036.165,22
BÚZIOS-GÁS	63.654,81
SAPINHOÁ-GÁS	4.088.826,97
TARTARUGA VERDE-GÁS	8.281,29
TUPI (LULA)-GÁS	1.027.908,90
TOTAL GERAL	1.223.475.867,81

SAIBA MAIS



[Acesse as Demonstrações Contábeis](#)

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)



www.presalpetroleo.gov.br